

**FAXINAL DO TIGRE: PAISAGENS E ALTERIDADES EM UM ESPAÇO DE
FRONTEIRA (DÉCADAS DE 1910 A 1950)¹**

**FAXINAL DO TIGRE: LANDSCAPES AND ALTERITIES IN A
FRONTIER SPACE (1910S TO 1950S)**

Angela Regina SULSBACH²
Marlon BRANDT³

Resumo: O presente texto trata de algumas reflexões sobre as paisagens e as alteridades de um espaço de fronteira, no caso, a localidade de Faxinal do Tigre, atual município de Guatambu, em Santa Catarina, entre o final da década de 1910, quando tem início o processo de colonização das terras do Oeste catarinense, até a década de 1950, quando esta se consolida na região. A colonização trouxe uma série de mudanças nesse espaço, tanto relacionadas à questão da terra, com a expropriação da população cabocla e conflitos nas formas de uso, quanto com relação a inserção em atividades econômicas desenvolvidas no contexto da colonização. Dentre essas atividades, encontram-se a agricultura, onde o caboclo, sem suas terras se insere agora na condição de agregados, e o trabalho assalariado no setor ervateiro ou madeireiro, na derrubada da floresta nas balsas para o transporte de madeiras com a Argentina. Os caboclos se valem desses ofícios como modo de sobrevivência, ao mesmo tempo em que sua mão de obra era explorada, enriquecendo os colonos recém-chegados do Rio Grande do Sul. Para compreender esse processo, serão empregadas fontes oficiais, representações cartográficas, reportagens da imprensa local e a memória de antigos moradores da região.

Palavras-chave: Caboclo; Colonização; Guatambu; Paisagem; Geografia Histórica.

Abstract: This text delves into reflections on landscapes and alterities within a frontier space, specifically the locality of Faxinal do Tigre, which is currently part of the municipality of Guatambu in Santa Catarina (Brazil). These characteristics were analyzed from the late 1910s when the colonization of the lands in Western Santa Catarina began, until the 1950s when they became firmly established in the region. The process of colonization brought significant changes to this space, including issues related to land, such as the displacement of the caboclo population and conflicts over land use, as well as its integration into economic activities. Among these activities were agriculture, but now in a subordinate position, the extraction of mate tea, and work in the timber industry, involving forest clearing or serving as raftsmen for timber trade with Argentina. The caboclos engaged in these occupations as a means of survival, while their labor was exploited, enriching the recently arrived colonists from Rio Grande do Sul. Official sources, maps, and the memories of long-time residents of the region will be employed to comprehend this process.

Keywords: Caboclo; Colonization, Guatambu, Landscape; Historical Geography.

¹ A pesquisa contou com o auxílio da Fundação de Amparo a Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), Edital 12/2020 e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, (CNPq), Edital Universal: 409340/2021-9.

² Mestre em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul. Professora na rede estadual de ensino de Santa Catarina. E-mail: angelareginasulsbach@gmail.com.

³ Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor do Programa de Pós-graduação em História e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul. E-mail: marlon.brandt@uffs.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0392-4167>

Introdução

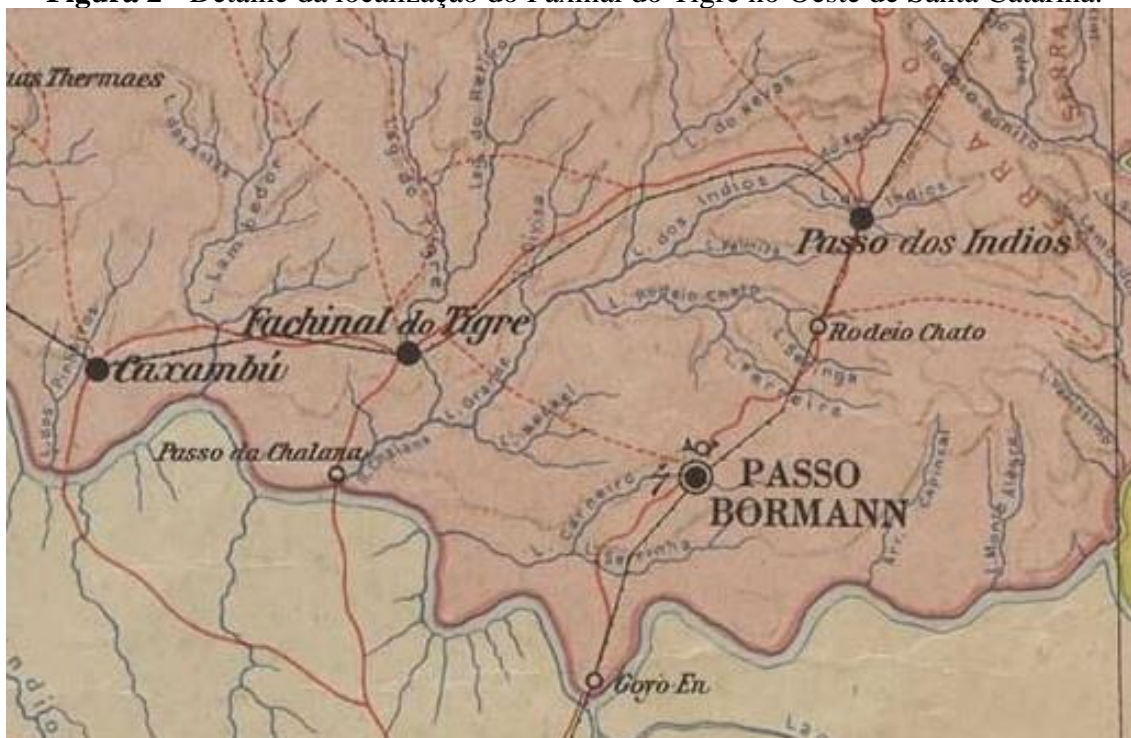
O artigo tem por objetivo realizar algumas reflexões sobre as paisagens e as alteridades de um espaço de fronteira, no caso, a localidade de Faxinal do Tigre, atual município de Guatambu, em Santa Catarina, entre o final da década de 1910, quando tem início o processo de colonização das terras do Oeste catarinense, até a década de 1950, quando esta se consolida na região. Localizado no vale do Rio Uruguai, o Faxinal do Tigre pode ser visto no mapa da Figura 1, e seu detalhe, na Figura 2, onde também se encontram as principais estradas de rodagem locais e o Passo dos Índios, atual sede do município de Chapecó. O mapa foi produzido pelo estado de Santa Catarina em 1930, período em que a colonização ainda se expandia na região.

Figura 1- Localização do Faxinal do Tigre no Oeste de Santa Catarina.



Fonte: Acervo Digital da Biblioteca Nacional (2022).

Figura 2 - Detalhe da localização do Faxinal do Tigre no Oeste de Santa Catarina.



Fonte: Acervo Digital da Biblioteca Nacional (2022).

Poli (2006) afirma que os moradores que antecederam a colonização, também conhecidos como caboclos, eram um dos grupos étnicos predominantes na região oeste de Santa Catarina, junto às populações indígenas Kaingang e Guarani. Brighenti (2015, p. 192) aponta, a respeito das populações indígenas que viviam na região nesse período, que a população cabocla que se interiorizava mantinha uma “relação de simbiose com o Kaingang, havendo muitos casamentos mistos”. Para Machado (2004, p. 48), seriam caboclos os habitantes pobres do meio rural. Mesmo que, conforme o autor,

não haja uma conotação étnica nesta palavra, frequentemente o caboclo era mestiço, muitas vezes negro. Mas a principal característica desta palavra é que distingue uma condição social e cultural, ou seja, são caboclos os homens pobres, pequenos lavradores posseiros, agregados ou peões.

Essa população, como será visto no texto, ao se instalar nessas terras, passou a construir práticas condizentes ao meio e às paisagens locais, quando se dá o processo de colonização, este passou a desestruturar essas práticas e a desagregar os espaços onde ocorriam.

Esse conjunto de transformações socioespaciais pode ser visto como uma fronteira, que seria, para Martins (1996, p. 27), “*essencialmente o lugar da alteridade* [grifos do autor] o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si”, e que, para Little

(2002, p. 4), ocorre na expansão de um grupo quando este, “com sua própria conduta territorial, entra em choque com as territorialidades dos grupos que residem aí”. Encontros entre diferentes que também se materializam na paisagem local, paisagem que, para Santos (2006, p. 103–104), “é o conjunto das formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações entre o homem e a natureza”, e que para Corrêa e Rosendahl (2004, p. 08), é também “portadora de significados, expressando valores, crenças, mitos e utopias”, ou seja, tem também uma dimensão simbólica.

A pesquisa segue os pressupostos da Geografia Histórica, analisando, como aponta Abreu (2000, p. 18), o “presente de então”, procurando adicionar o que Philo (1996, p. 270) chamou de “sensibilidade geográfica” ao se estudar “fenômenos do passado – econômicos, sociais, políticos ou qualquer outro – que são a própria ‘substância’ da história”.

O artigo encontra-se dividido em três partes. A primeira trata da expansão do povoamento a partir das frentes pastoris e o modo de vida da população cabocla ao se instalar nessas terras. A segunda aborda o aporte de uma nova lógica socioespacial de uso da terra baseada na propriedade privada, tendo como principal representante a figura do colonizador. Esse processo promoveu uma série de rupturas no modo de vida da população cabocla, bem como sua exclusão no acesso à terra. Por fim, a última parte discute sua invisibilização social, ao mesmo tempo que, sem suas terras, se inserem como assalariados em trabalhos ligados ao extrativismo da indústria madeireira e na agricultura na condição de agregados nas terras apropriadas pelos colonizadores. Os caboclos valem-se desses ofícios como modo de sobrevivência, ao mesmo tempo em que sua mão de obra era explorada, enriquecendo os colonos recém-chegados do Rio Grande do Sul.

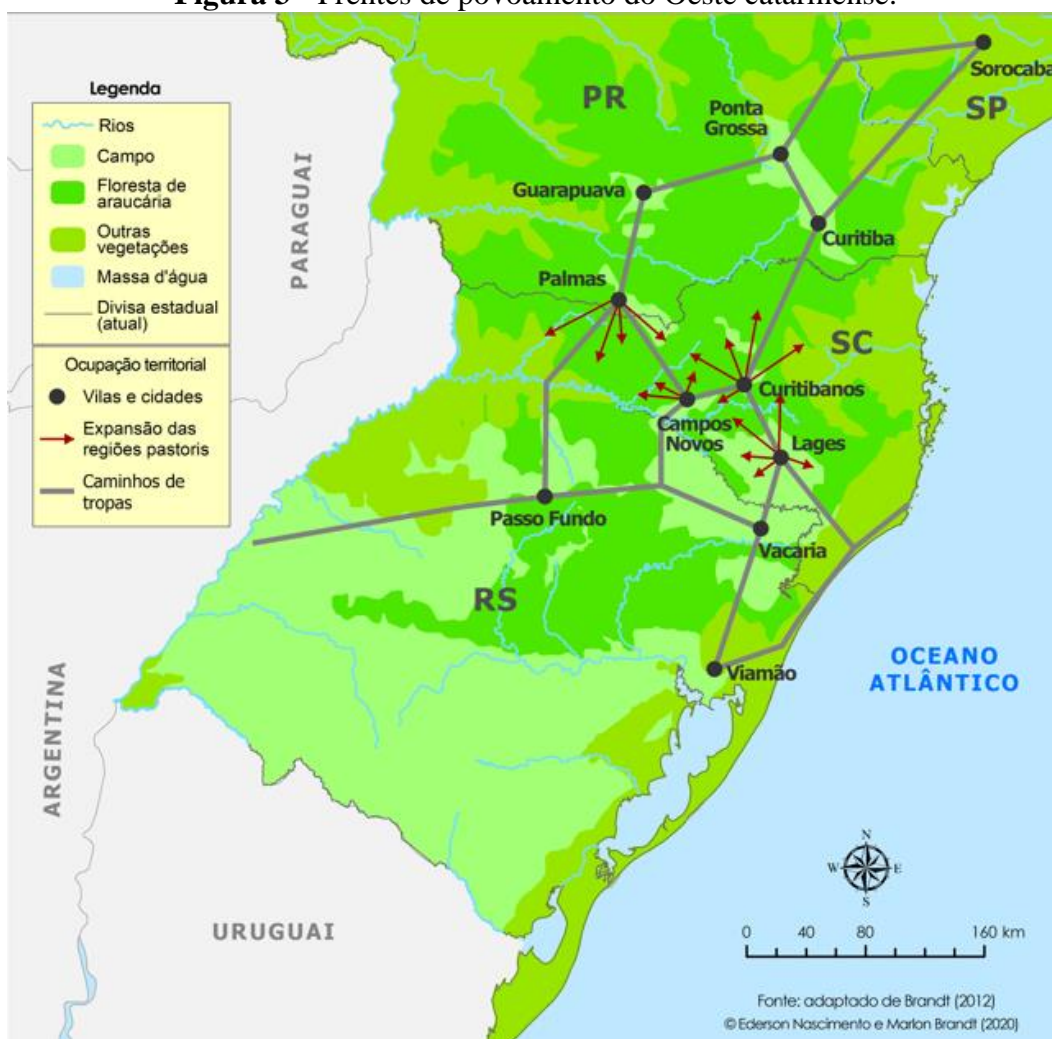
Caboclos e a expansão do povoamento a partir das frentes pastoris

Ocupado por mais de 12 mil anos por diversos grupos humanos, sendo entre os mais recentes os Guarani e os Kaingang (Lino, 2015; Brighenti, 2015), o Oeste catarinense passou a ser alvo de incursões por europeus desde, pelo menos, os séculos XVII e XVIII, sem, no entanto, deixarem marcas significativas de sua presença. Seria apenas com a formação de fazendas e a abertura dos primeiros caminhos de tropas, ligando o Sul do Brasil ao Sudeste, que as áreas de campos começaram a ser ocupadas, não sem conflitos envolvendo as populações indígenas. Essas fazendas seriam também responsáveis por promover a irradiação de frentes de povoamento rumo às florestas. Como agentes dessa expansão da fronteira,

encontravam-se ex-agregados, peões, ex-escravizados libertos ou fugidos e descendentes de fazendeiros em busca de novas terras (Machado, 2004). A esse contingente populacional que fazia parte da população esparsa da região da fronteira sul, somaram-se remanescentes das disputas políticas da Revolução Federalista (1893–1895), da Guerra do Contestado (1912–1916) e remanescentes das colônias militares da região. Em Faxinal do Tigre, relatos orais de antigos moradores indicam que famílias caboclas residiam no local desde 1890, algumas, inclusive, fugindo da Revolução Federalista pelo rio Uruguai (Silva, Moreira e Corá, 1998).

Esse processo de expansão pode ser visualizado no mapa da Figura 3.

Figura 3 - Frentes de povoamento do Oeste catarinense.



Fonte: Nascimento, Valentini, Brandt, Scherma e Tombini, 2021.

Para Arruda (1999), essa ocupação territorial colaborou para a formação de um modelo sociocultural de adaptação ao meio, com influências indígenas e caráter cíclico e irregular de povoamento. Instalando-se nessas terras, em sua maioria sob o regime da posse,

essa população passou a viver da caça, pesca, agricultura de subsistência, criação de animais e da coleta da erva-mate. Essas atividades compunham a base econômica da população, formando o que Queiroz (1981) denominou como “roça cabocla”. Esta, como aponta Renk (2006, p. 107), era formada a partir da divisão espacial da floresta em “terras de plantar” e “terras de criar”. A primeira era formada a partir da abertura da roça, sob o sistema de rotação de terras. Com o auxílio da queimada e o aproveitamento das cinzas, eram cultivados, de modo fechado, em cercas ou trincheiras, o milho, junto ao feijão, e outras plantas, como as abóboras e melancias. As “terras de criar” compunham o restante das terras onde os animais, sobretudo os porcos, eram criados soltos, com os criadores compartilhando a floresta em comum para sua alimentação. Esse modo de uso da floresta, que formava o que pode ser compreendido como uma “paisagem cabocla” (Brandt, 2015), persistiu em diversos espaços do Oeste catarinense até o aporte da colonização.

É possível aproximar essa “paisagem cabocla” do que Furlan (2006) denomina como “floresta cultural”, que seria desenvolvida a partir da modificação/adequação/ressignificação do meio. Para a autora, é a partir do uso da terra e da floresta que são desenvolvidas práticas sociais adequadas ao ambiente natural, fundamentadas na tradição e na memória, em que a oralidade, muito presente, desenvolveu normas e costumes, como o compartilhamento comum da floresta na criação de animais, laços de compadrio, práticas de entreatajuda (mutirão/puxirão) e sentimento de localidade, enfim, práticas específicas de uso e acesso à terra e aos recursos naturais (Brandt; Nodari, 2011).

Dioraci Padilha de Oliveira (*apud* Sulzbach, 2023, p. 61), descendente de uma família que teria migrado ao Faxinal do Tigre em fins do século XIX, rememora da seguinte maneira as histórias ouvidas sobre a vinda da família para a região, bem como o respeito que possuíam das posses vizinhas:

eles chegaram e demarcaram, abriram picada, fincaram uns marco por eles memo né? Marcaram divisa, daí chegava outro [...] lá do Rio Grande memo, não sei da onde lá, chegava ali para marcar também, ele chegava ali dava aquele marco e a picada, respeitavam, respeitavam: opa aqui já tem dono! Embora que não tinha documento, né.

Essas comunidades, como apontam Brandt e Nodari (2011) teciam de redes de relacionamento e sociabilidades fundamentais na elaboração de um conjunto de normas, hábitos e costumes, que regulavam a posse da terra e o uso e acesso aos recursos naturais da floresta, impossíveis de serem apreciados somente pelo viés econômico (Thompson, 2002), acatados, nas palavras de Almeida (2004, p. 10), “de maneira consensual, nos meandros das

relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares que compõem uma unidade social”.

Essas práticas, contudo, passam a entrar em declínio frente ao aporte de uma nova lógica socioeconômica, baseada na propriedade privada da terra, que tinha na colonização e na exploração madeireira seus principais representantes na região, como será visto no item a seguir.

Colonização e exclusão

A colonização do Oeste catarinense, do mesmo modo que a colonização do Sul do Brasil em geral, era vista pelos grupos políticos e econômicos como uma forma de se ocupar o território de modo racional e com seletividade para realizar a exploração econômica do solo (Gregory, 2002). E em Santa Catarina, a política de terras, definida após a Constituição Republicana de 1891, baseava-se, nas palavras de Machado (2004, p. 139),

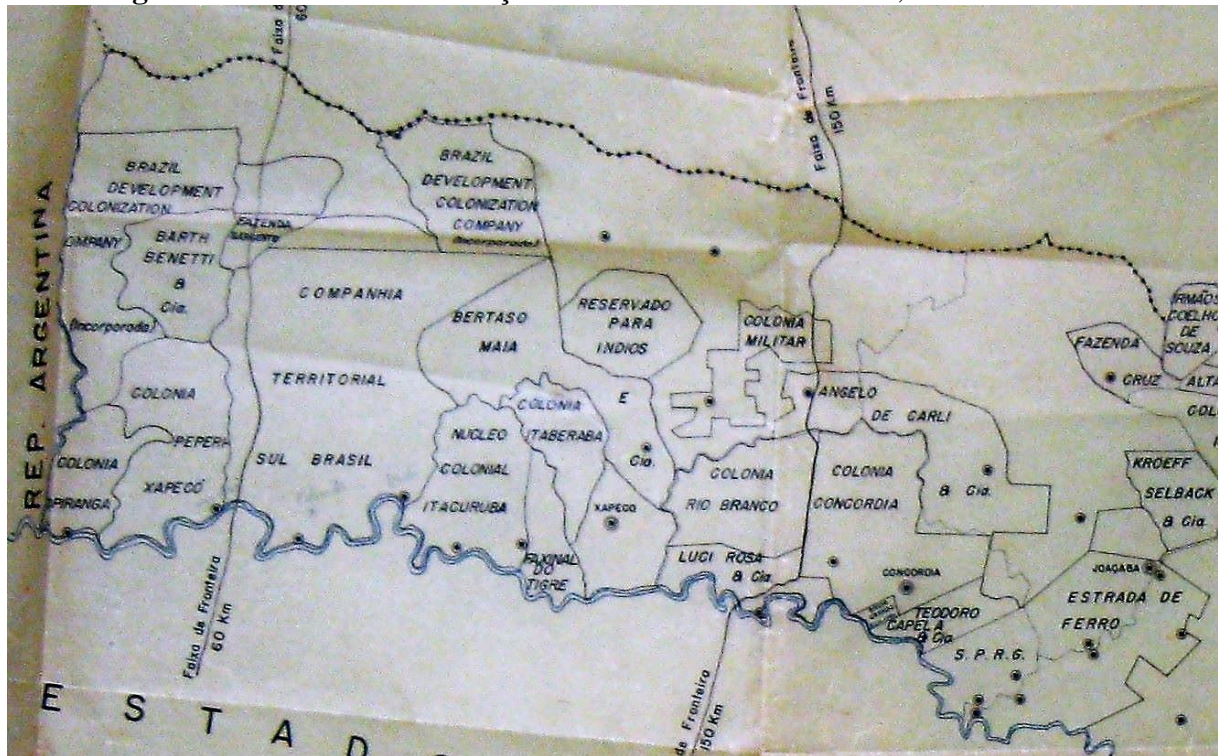
na premissa segundo a qual Santa Catarina precisava desenvolver sua “indústria pastoril e agrícola” e, para isto, já contava com “terras ubérrimas” que eram “desabitadas”. Fica evidente a formulação de uma política de terras ligada ao estímulo da colonização europeia, voltada para o desenvolvimento de uma lavoura comercial – submetida aos interesses de capital mercantil e de empresas particulares especializadas em especulação com terras [...].

Esse espaço, que era oficialmente visto como um “vazio demográfico” esparsamente ocupado, passou, a partir dos anos seguintes ao acordo de limites com o Paraná, em 1916, originando os atuais limites de Santa Catarina, a ser alvo da atuação dessas companhias colonizadoras, que colocaram, conforme Nodari (2009, p. 34), “em prática a opção de uma migração dirigida a grupos específicos que se adequassem aos padrões estabelecidos pelo governo estadual e por elas próprias, ou seja, que povoassem e colonizassem a região ordeiramente”. Escolha que não incidiu sobre a população local, mas sim sobre os teuto e ítalo-brasileiros das colônias do Rio Grande do Sul.

Tem-se assim um retalhamento de praticamente todo o território do oeste catarinense a favor das companhias colonizadoras privadas. Essa nova configuração territorial pode ser observada na imagem da Figura 4, que apresenta um detalhe ampliado da planta “Núcleos Coloniais”, produzida pela Diretoria de Terras e Colonização do Estado de Santa Catarina na segunda metade da década de 1940. Na região de Faxinal do Tigre, que aparece na porção inferior mais ao centro da Figura, a presença da ação do colonizador era verificada já a partir

de 1919, com uma concessão de uma área de mais de 15 mil hectares, entre os rios Uruguai e Chapecó, onde atuou a empresa colonizadora de Isaac Pan e Rodolfo Fin (Sulsbach, 2023). Brighenti (2015) destaca que nesse processo a divisão desconsiderou também diversas aldeias Kaingang e Guarani. Apenas a reserva Xaçepó, onde está indicado “reservado para índios” aparece representada.

Figura 4: Núcleos de colonização do Oeste de Santa Catarina, década de 1940.



Fonte: Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, Santa Catarina, *apud* Bauermann e Brandt, 2019.

Esses colonos, conforme Brandt e Nodari (2011, p. 86), “tanto teutos quanto itálos, formavam grupos bastante fechados, dentro da sua identidade étnica com suas retóricas, símbolos e rituais através dos quais defendiam a manutenção e, se necessário, a renegociação das suas práticas socioculturais”. Assim, “a utilização do espaço até então habitado principalmente por caboclos sofreria modificações e remodelações com a chegada desses novos moradores, no decorrer dos anos” (Nodari, 2009, p. 57).

Renk (2006, p. 120-121) aponta que a situação de distintas lógicas socioespaciais também se estendeu aos modos de uso e apropriação da terra promovendo situações de conflitos pelas seguintes razões:

A primeira, pela desvalorização, no mercado imobiliário, das terras próximas às dos intrusos, com a criação sem cerca [...]. Interessava à companhia o fim desta prática. A segunda razão, em nível de atitudes, seria a utilização das

terras, isto é, com a agricultura rotativa. Uma utilização mais “racional” permitiria que diversas famílias, em exploração familiar, se valessem da área com resultados que, do ponto de vista do colonizador, seriam, seguramente, melhores. Além disso, o argumento étnico, de origem, embasou-se no desperdício de terras, e no não saber aproveitá-las corretamente.

Para autores como Little (1994, p. 13), a migração colonizadora é também uma construção ideológica, “onde as virtudes pioneiras e as práticas agrárias são exaltadas, às custas das memórias espaciais dos habitantes originários da região”. Assim, os caboclos e suas práticas espaciais são desqualificadas pelo olhar do colonizador e pelo poder público. A “roça cabocla” e sobretudo as práticas de criação em comum dos animais eram alvo constante de críticas pelo colonizador, sempre as qualificando como atrasadas e antieconômicas (Silva; Brandt e Moretto, 2017). Martins (1996, p. 45) destaca que em um espaço de fronteira, onde se encontra uma situação de contemporaneidade entre distintas temporalidades, “a mediação das relações mais desenvolvidas faz com que a *diferença* apareça, na verdade, como *atraso*” [grifos do autor].

Essa visão do caboclo como símbolo do atraso pode ser visto em Breves (1985), que registrou, durante a sua atuação como auxiliar da Comissão Técnica Discriminadora de Terras, demarcando as terras concedidas à Empresa Colonizadora Bertaso, Maia & Cia, e mais tarde como agente de Terras do 8º Distrito, que abrangia os municípios de Cruzeiro e Chapecó, entre 1920 e 1924, “alguns dados para julgar os elementos que o povoavam, sua mentalidade, seus hábitos e costumes, certos tipos que ali floresceram, sua primeira resistência a colonização, os defeitos e qualidades da primitiva e brava gente de Chapecó” (Breves, 1985, p. 9). Nesse pequeno texto, é possível encontrar a sua visão em relação à população cabocla, dentro do que Renk (2006, p. 114) chama de “olhar etnocêntrico do colonizador”. Este “centrou-se na crítica aos ritmos temporais da população local, ao sistema brasileiro”, sendo as práticas costumeiras dessa população considerada “um dos grandes entraves à colonização”. Essa paisagem que formava a “roça cabocla” foi descrita da seguinte maneira por Breves (1985, p. 21-22):

A maior parte destes caboclos tinham seus ranchos em lugares já devastados, transformados em campinas. Mas iam fazer suas roças à beira de uma sanga ou rio a léguas de distância. Isto para não serem obrigados a fazer cercas e poderem ter seu cavalo e vaca (quando a tinham) perto de casa. Isto fazia com que a moradia do caboclo fosse uma desolação: nem um pé de milho em torno, nem uma árvore frutífera, nem um pé de couve. Às vezes algumas galinhas e alguns porcos soltos, nada mais.

Breves (1985) também se voltava à crítica do regime da posse, visto para ele como intrusamento⁴. Ainda segundo o autor, aquela população esperava a doação da área, o que o Estado não poderia fazer, sendo permitida apenas a venda, dando a ideia, como afirma Renk (1997, p. 115), de uma posição “neutra” do Estado, “pairando acima de todos”, assegurando a “‘igualdade’ de possibilidade de compra”. A compra da terra, nesse processo de institucionalização da propriedade privada na região no entanto, era dificultada por várias razões, pois não possuíam recursos para fazê-los, desconheciam os dispositivos de regularização da terra ou não sentiam a necessidade da legalização, pois consideravam suas terras não como uma propriedade da maneira como elas são concebidas modernamente, mas como um direito de uso que o tempo e o costume lhes proporcionaram, como destacam Brandt e Campos (2014).

Breves (1985, p. 32), por outro lado, argumentava que esses caboclos não pensavam em se tornar proprietários, preferindo o intrusamento, por lhes trazer várias vantagens: “não pagariam impostos, não se sentiriam na obrigação de fazer uma boa casa ou uma boa roça, visto ali estarem provisoriamente, e terem a facilidade de se mudar quando quisessem, coisa muito do gosto de muitos deles”.

É nessa situação de (des)encontro e confronto entre colonizadores e caboclos que, para Renk e Confortin (2017, p. 141):

se contrastam as diferenças e estabelecem as fronteiras étnicas, a fricção étnica, gestando-se o processo de minoria étnica agudizando a subalternidade e seus efeitos concretos, como a perda do modo de vida, do território e da territorialidade. A questão mais crucial é o cerceamento do acesso à terra nos modos realizados tradicionalmente e a retirada das áreas ocupadas, a limpeza destas para a venda.

Esse processo de expropriação chegou a contar com o uso da força física pelas colonizadoras, através de homens contratados pelas empresas, pela polícia, ou em situações de constrangimento, forçando a saída das terras, já que eram indesejáveis ao modelo de colonização e a nova lógica de uso desse espaço (Renk; Confortin, 2017). Nesse processo, reforçou-se não só a construção da ideia do “vazio demográfico” do interior catarinense, mas

⁴ Em grande parte da região oeste, os moradores locais foram classificados, pelos colonos e pelas empresas colonizadoras, como “intrusos” (Breves, 1985), porque estavam ocupando um território sem a compra oficial. Diante da Lei, foi o colono que adquiriu a terra mediante pagamento, o que lhe garantia a propriedade dela e passaria ao status de dono da terra. Portanto, o intrusamento foi considerado uma ocupação ilegítima, pela invasão de terras devolutas ou tituladas (Renk, 2006), não reconhecida pela legislação. Peluso Jr. (1991, p. 372) comenta sobre os direitos dos posseiros: “Esta gente passou, mercê da omissão dos governos que tinha o dever de lhe dar proteção, a intrusos em suas próprias terras. Em todas as colônias estavam presentes, como ocupantes ilegais, os antigos moradores que habitavam e tinham desbravado a região.”

também a invisibilização da população cabocla. Para Radin (2009, p. 11), “é surpreendente como em diferentes momentos e circunstâncias da história brasileira se mobilizou a noção do vazio para caracterizar vastas extensões de terras ainda não ocupadas pelos interesses mercantis”, ou seja, empregou-se a concepção de “vazio” para que um grupo pudesse apropriar-se daquele local. Concorde-se assim com Moraes (2011, p. 90), que esse vazio, de forma semelhante ao atribuir a um espaço a condição de “sertão a uma determinada localidade, já se assinalava o desejo de apropriá-la e integrá-la aos circuitos de produção de mercadorias, rompendo com seu isolamento e destruindo seus modos de vida tradicionais”.

A região de Faxinal do Tigre, no entanto, já tinha um contingente significativo de moradores, muitos deles ainda posseiros, como aponta Renk (2006, p. 119),

tomando unicamente o exemplo do Faxinal do Tigre, em Chapecó, em 1919, foram encaminhadas mais de noventa solicitações de compra das terras ocupadas nessa localidade. O tempo de posse constante nos pedidos varia de mais de 25 a mais de 50 anos. As áreas oscilavam de 10 a 6.100 hectares. Esses requerimentos foram, invariavelmente, indeferidos, pelo fato de a terra ter sido titulada pelo Paraná e revalidada por Santa Catarina.

Também Werlang (2006, p. 32–33) menciona o seguinte a respeito desses posseiros:

alguns posseiros do município de Chapecó chegaram a requerer terras, entre os quais: Bernardino Guilherme Zeferino, 161 hectares, e Emiliano Siqueira em Faxinal do Tigre; Cristiano José Leite, 100 hectares, e Ernesto José de Paula, 80 hectares, em Chalana. Todos os pedidos foram indeferidos no ano de 1919, sob alegação de não serem devolutas.

A concessão de parte das terras destinadas à colonização no Faxinal do Tigre estava baseada na Lei nº 1.181, de 4 de dezembro de 1917, que reconhecia os títulos expedidos pelo Paraná antes do acordo de limites, bem como anular as concessões posteriores (Werlang, 2006, p. 31). A concessão de terras a Rodolfo Fin e Isaac Pan emitida pelo Estado de Santa Catarina em 15 de janeiro de 1919 (Santa Catarina, 1919), com uma área de 15.408 hectares com base na referida lei, poderia explicar o indeferimento desses requerimentos. Duas décadas após a negativa do reconhecimento dessas solicitações, boa parte das terras concedidas à colonizadora permanecia ociosa, o que despertava a atenção na imprensa local. Uma reportagem do ano de 1940 do jornal *A Voz de Chapecó* (1940, p. 1), que discutia a situação das colonizadoras na região, traz críticas à política de terras do Estado, a atuação de algumas dessas empresas e a relação que estas impunham à população cabocla que vivia no regime da posse:

[O Estado] entregou a maior parte das terras devolutas, a certos felizardos, que se propuseram a colonizá-las. Vejamos: Isac Pan e Vargas em Caxambú, Carlos Kruehl em Guatambú, Rizzo Nardi e Smon, ou Empresa Colonizadora Rio Branco em Fachinal dos Guedes. Essas firmas obtiveram grandes áreas de terras, ocupadas por famílias brasileiras, com a obrigação de estabelecerem colônias, em prazos determinados, sob pena de voltarem ao patrimônio do Estado, as que não fossem ao findar dito tempo aproveitadas. Esses prazos já findaram e grande parte das terras não estão colonizadas. A pressão contra os posseiros chamados intrusos tem sido energética. Em o lugar Cerca Velha não lhes permite que façam roças.

Essa reportagem, uma das poucas que mencionam a situação do caboclo na região na época, relata o processo de expropriação não somente da terra, mas de seus usos por parte da população cabocla, como no caso da agricultura, em detrimento de um projeto de ocupação territorial baseado na vinda de teuto e ítalo-brasileiros considerados, na época, mais aptos ao trabalho e à condução do progresso na região. Em um mesmo momento, em um mesmo espaço, passaram a coexistir diferentes concepções de vida e visões de mundo que antes eram estranhas entre si e que formaram, segundo Souza (1995, p. 86),

uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, os insiders) e os “outros” (os de fora, os outsiders).

Ainda sobre a relação entre colonizado e colonizador, Radin (2015, p. 147) revela que há uma relação de dependência entre grupos que algumas vezes nem é percebida pelos indivíduos que os compõem. Para o autor,

paralelo ao avanço do colonizador para determinada região, o colonizado é, na maioria das vezes, espoliado e gradativamente tem sua autonomia fragilizada. Assim, na relação entre os diferentes grupos envolvidos num processo de colonização, facilmente se percebe a divisão entre “uns” e “outros”, estigmatizados ou idealizados.

Alteridades também eram materializadas na paisagem, com seus distintos usos e formas de acesso à terra e que, para a população cabocla, representaram a existência, conforme Renk (2006), de duas alternativas: exclusão ao acesso e uso da terra, resultando na migração para áreas mais distantes da colonização, não sem resistências, ou a adaptação, se inserindo na nova lógica econômica. O destino dos que ficaram, no entanto, foi marcado pela segregação espacial e étnica e invisibilização na memória oficial.

A invisibilização da memória cabocla

Na região do Faxinal do Tigre, a partir da atuação da companhia colonizadora, os caboclos velhos (como se autodenominam) tiveram sua estrutura modificada, sendo pouco lembrados pela geração que vive atualmente no município. Portanto, as reflexões e as narrativas sobre a presença cabocla na ocupação e na colonização de Faxinal do Tigre e as representações que foram criadas pelos grupos étnicos acerca de si e do outro ao longo desse processo tornam-se significativas em um contexto de supervalorização da cultura europeia na construção da identidade cultural do município, pois a memória, conforme Le Goff (2013, p. 435), “é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade”.

Os antigos moradores locais estão envelhecendo. Em suas conversas, nas rodas de chimarrão e em depoimentos estão presentes as lembranças do tempo antigo, do tempo d’antes, do tempo que não volta mais, das modificações na paisagem, de como era antes em comparação ao hoje. Valorizar a questão da cultura cabocla de Faxinal do Tigre é fundamental nesse processo de reconhecimento cultural identitário. Para Zambiasi (1997, p. 12):

A memória oral dos velhos não [deve ser vista] como um depósito de dados naturalmente estáticos, um princípio de conservação, configurando uma mera reprodução, mas no sentido dinâmico das experiências vividas visando resgatar o seu fazer-se, a história desses velhos anônimos e esquecidos.

Fica visível no dia a dia da cidade a marginalização ao qual o grupo étnico dos caboclos foi relegado. Alguns autores chamam de “crise de desenraizamento”, representada pela colonização, que desestruturou o modo de vida dessa população e desorganizou a base morfológica desse grupo de posseiros. A expropriação da terra e a transformação do território caboclo são remetidos, de acordo com Renk e Confortin (2017, p. 139), “ao processo de colonização, no qual está em jogo a apropriação de áreas florestais, para a instituição do campesinato parcelar étnico de descendentes europeus, principalmente de italianos, alemães e poloneses, aqui chamado os de origem (europeia)”.

Ainda de acordo com Poli (2006), no início da colonização, os caboclos que permaneceram em suas terras tinham poucas condições financeiras e materiais para formar suas lavouras e produzir o excedente que o colono tanto queria. As causas dessa baixa produtividade eram muitas, mas, em função da falta de recursos e por ser urgente conseguir algum dinheiro, muitos passaram a trabalhar também como assalariados. Estes, junto aos que perderam suas terras, passaram a compor o quadro de peões, empregados de serrarias, como

balseiros ou atuando na derrubada da floresta, empregados ou agregados de fazendeiros ou de um colono “forte”, no caso, aquele que tinha algum capital e empregava assalariados em suas atividades agrícolas. O processo de colonização vai ser apontado pelos caboclos como um divisor de tempo, “o tempo antigo ou tempo d’antes”, que era o tempo das “coisas boas”, “que não volta mais” (Renk, 2006, p. 125), enquanto o tempo de hoje é visto como o tempo de miséria, de privações, como expõe, por exemplo, Dioraci Padilha de Oliveira, (*apud* Sulsbach 2023, p. 48): “se eu pudesse voltar no tempo antigo. Esse tempo de agora não presta”.

Para mostrar as modificações, transformações, adequações e ressignificações na paisagem local de Faxinal do Tigre, tão repletas de subjetividades, de particularidades, de nuances veladas, foi levantado o testemunho oral por meio de depoimentos em pesquisas feitas por Silva, Moreira e Corá (1998), Serpa (2022) e Sulsbach (2023). Para Thompson (1992, p. 44), “a história oral propõe um desafio aos mitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente à sua tradição. E oferece os meios para a transformação radical no sentido social da história”. Os caboclos de Faxinal do Tigre desenvolveram uma identidade própria, com elementos culturais deste grupo, com um jeito peculiar de lidar com a terra, de tratar a floresta, de criar os animais, de fazer orações, rituais, benzimentos, realizar puxirão (mutirão) e organizar a sua vida social. Características bem presentes na memória oral dos velhos caboclos que tiveram que ser ressignificadas/reelaboradas no (des)encontro com o colono, a fim de manter viva essa identidade cultural e étnica. Essas relações, como aponta Onghero (2010), foram definindo a cultura local. Porém, coube ao caboclo do Faxinal do Tigre adequar-se às novas regras de organização social do colonizador recém-chegado à região.

Com a colonização e a exploração madeireira das terras, Faxinal do Tigre passou a ser rota importante de escoamento da madeira, extraída na região e escoada em balsas formadas pelos troncos ou pela madeira já beneficiada, via rio Uruguai, até a Argentina. Nodari (2009, p. 142) aponta que a derrubada das florestas já fazia parte do processo de colonização, pois junto com os colonos as serrarias rapidamente foram instaladas por pessoas ou grupos que já atuavam no ramo no Rio Grande do Sul. A exportação de madeiras para a Argentina já acontecia no estado, então foi apenas questão de deslocamento para uma nova área rica em recursos madeireiros. Este também era conforme a autora “um objetivo colocado desde o início pelas empresas colonizadoras quando se instalaram na região, pois sabendo que parte de seus lucros viria do aproveitamento das riquezas florestais, montaram serrarias”.

Foi assim que, por três décadas, até o esgotamento das reservas economicamente viáveis de madeira na região, por volta da década de 1960, a população cabocla se inseriu nesse setor econômico em ofícios relacionados a extração das madeiras das florestas ou ao transporte pelo rio Uruguai como balseiros.

As viagens de balsa aconteciam sempre no inverno, de junho a setembro; em alguns anos era possível fazer várias viagens. O proprietário da serraria raramente ia junto, pois o desconforto e os riscos eram excessivos. Uma viagem de balsa podia durar de uma semana até dois meses entre a largada da balsa e o retorno dos balseiros. No decorrer das entrevistas, nota-se que os caboclos balseiros sabiam que eram explorados pelos donos das madeiras, entretanto não entravam em conflito. Leodoro Ponciano de Paula que atuou como balseiro entre as décadas de 1920 e 1930 confirma: “os ‘patrão’ ficaram rico. Um dia meu patrão disse: – eu nem sei a riqueza, a quantia de dinheiro, Leodoro, que eu tenho” (*apud* Silva; Moreira e Corá, 1998, p. 40).

Além do trabalho nas balsas, os caboclos do Faxinal do Tigre trabalharam como agregados em terras agora pertencentes aos colonos, muitos inclusive por mais de uma geração. João Matias, ao ser indagado sobre a condição de agregado, relata: “pois que eu fui do finado Bépe que eu não posso me lembrar. Eu sei que de cinquenta [anos] já passou. O meu José tá pra mais de trinta e cinco [anos]. Ele nasceu aqui e eu e ele sempre trabalhamos prá eles”. (*apud* Silva; Moreira e Corá, 1998, p. 35). Essa situação gerava um círculo vicioso, no qual o pai era agregado por toda a vida e seus filhos, sem a possibilidade de estudar e sem terras para se estabelecer, acabavam, anos mais tarde, aumentando o contingente de operários braçais das grandes cidades ou, ainda, ficando no campo nas mesmas condições que os pais.

Normalmente os agregados moravam na terra dos patrões, sem pagar aluguel, com direito a um pequeno espaço de terra para criar animais, como porcos, vacas, galinhas, juntas de bois, que utilizavam na lavoura e para o plantio da horta familiar, além da cultura da mandioca e da batata-doce. O trabalho geralmente era feito “às meias”, ou seja, o patrão entrava com a terra e a semente e o agregado com a mão de obra. Também podia ser “às terças”, quando o patrão entrava com a terra e o agregado com a semente e a mão de obra. Nesse caso, um terço do lucro ficava para o patrão e dois terços para o agregado (Sulsbach, 2023, p. 94).

O agregado tinha a autonomia de trabalhar para outros colonos por “empreitada”, recebendo ao final do serviço realizado. As “empreitadas” poderiam ser de carpidas, roçadas ou colheitas manuais de grãos. João Matias, sobre as empreitadas e a divisão dos lucros do

trabalho de agregado, diz: “trabaiava na empreitada por dia e algum pouco prá mim [...] Quando nós fazia prânta era assim ‘as meias’ [...] Ele entrava com a terra, a semente e o conforto prá prantá. E eu entrava co serviço”. (*apud* Silva; Moreira e Corá, 1998, p. 40).

O pagamento era combinado antes do início da colheita ou do serviço, levando-se em consideração o tamanho da empreitada. Era uma relação de trabalho onde não havia nenhum tipo de contrato escrito, o acordo era verbal. Confiava-se na palavra empenhada. O agregado não tinha direito a férias, carteira assinada, assistência médica ou qualquer outro benefício. Muitos sequer possuíam o registro civil de nascimento. Os que tinham haviam sido registrados muito tempo depois, o que gerava a diferença entre a idade real e a do documento, tornando difícil a comprovação para aposentadoria. Outra dificuldade para o agregado era a comprovação do trabalho como produtor agrícola pelo fato da venda dos produtos ser registrada em nome do dono da terra. Como não havia contrato escrito, e as notas fiscais saíam em nome do patrão. Nenhum caboclo do Faxinal do Tigre conseguiu se aposentar como pequeno agricultor. (Sulsbach, 2023).

Valdemar Teixeira Ellis é outro exemplo de caboclo que trabalhou como agregado em Faxinal do Tigre, no ano de 1937, com apenas 12 anos. Seu filho, Natalício Ellis, conta que o pai casou-se com uma das filhas do patrão Filipe Honorato da Fonseca. Trocou de lugar e de patrão inúmeras vezes e morreu jovem. Sobre seu pai diz: “viveu trabalhando, morreu novo, não conseguiu se aposentar” (*apud* Serpa, 2022, p. 32).

Muitas dessas relações envolvendo os proprietários e os agregados poderiam ser consideradas abusivas ou degradantes, como Eufrásio Fernandes da Luz relembra: “nóis morava numa casa cedida pelo patrão [...] nós só prantava, a carne era quando ele carniava gado, porco, até burro véio o patrão matava prá comer. Era um patrão muito severo, ‘pão duro’. Quando saimo de lá ficamo devendo os porco”. (*apud* Serpa, 2022, p. 26).

Percebe-se, pelos depoimentos, que os ofícios de balseiro e de agregado se sustentam somente na presença do colonizador, provocando uma clivagem étnica. O caboclo, quando do aporte da colonização, tornou-se no máximo um trabalhador balseiro ou agregado, que exerce papel subalterno inferior. Não foram encontrados registros no Faxinal do Tigre de caboclos donos de serraria, por exemplo. O agregado, desenraizado do seu lugar de posse, do seu modo tradicional de lidar com a terra, sujeita-se a trabalhar para o colono-proprietário na lógica mercantilista de produção. Atualmente, os descendentes de agregados moram numa casa simples no interior do município. Não conseguiram com o ofício garantir uma velhice tranquila. O caso de Antenor da Silva exemplifica. Único filho masculino de uma família de três irmãs,

trabalhou desde pequeno “em terras de diferentes donos”, para ajudar a mãe que ficou viúva e já trabalhava de longa data como agregada. Hoje, Antenor, aposentado por idade, mora no interior de Guatambu, em um pequeno pedaço de terra fruto de seu trabalho (*apud* Serpa, 2022, p. 42).

As características culturais específicas dos caboclos foram readequadas/ressignificadas após a chegada do imigrante colonizador. Para aqueles que conseguiram adquirir ou ao menos legalizar parte das suas terras antes ocupadas pelo regime da posse, os animais criados soltos foram agora cercados, enquanto as roças, antes longe de casa, devido à abundância de terra, agora estão mais perto, pela redução no tamanho das terras. A floresta, antes usufruída em comum, tornou-se um recurso econômico a ser explorado pelos colonizadores e uma forma de dinheiro extra ou oportunidade de emprego para o caboclo como assalariado. A religiosidade, os benzimentos e rituais caboclos à base de orações simples e o uso de ervas medicinais passaram a ser vistos com outros olhares pelo colonizador. O sistema de compadrio ganhou uma nova versão, no qual, em muitos casos, o *compadre* e a *comadre* estreitam laços entre o *caboclo* e o *colono*, adentrando na lógica de dependência entre os grupos, que, algumas vezes, nem é percebida pelos indivíduos que os compõem.

No entanto, o discurso oficial da história da colonização da região invisibiliza essa população. Esse discurso, que enfatiza os colonos e colonizadores, é antes de tudo construído sob a ideia do que seria uma virtude étnica do colono que superou as adversidades. E assim são (re)lembrados pela memória. O empreendedor/colonizador venceu com exemplar progresso moral e social. Breves (1985, p. 9) reforça essa história do mito civilizador em seus relatos, dizendo que “os antigos caboclos que o povoavam passaram a ser minoria ínfima. Seus antigos costumes vão desaparecendo para dar lugar aos hábitos mais progressistas dos brasileiros de origem italiana, alemã e outros”. Radin (2015, p. 161) aponta que existia a necessidade por parte do pensamento político hegemônico da época de superar a antiga realidade da região, o que ocorreria pelo avanço da colonização. Para o autor

estaria em confronto o passado, visto como atraso, e a perspectiva de prosperidade e progresso tão almejada pelas autoridades e elites daquele tempo. Na imigração, quanto nos processos migratórios para as novas fronteiras agrícolas, o mito civilizador sempre foi muito recorrente e alimentava a ideia da existência de “raças boas” e outras “degeneradas”.

Isso ainda hoje é percebido nos espaços públicos e discursos oficiais da região. No caso de Guatambu, as ruas principais receberam nomes de imigrantes colonizadores ou daqueles que se destacaram economicamente no setor madeireiro, fazendo parte, como destaca Brandt (2004 p. 17), “todo um investimento regional na construção de identidades

culturais em torno do sucesso de empreendedores de origem europeia”, representados como símbolos do que se entende como progresso. Esse, no caso, um intenso processo de transformação da paisagem local a partir da devastação das florestas, a formação de monoculturas de milho, e mais tarde de soja, e a inserção nas cadeias produtivas de carne suína e de aves. Apesar de sua importância no trabalho realizado antes e durante a colonização – na exploração da madeira, nas balsas ou como agregados na agricultura e na criação de animais –, os caboclos e suas memórias foram invisibilizados frente ao colonizador. A fala de Dioraci Padilha de Oliveira (*apud* Sulsbach, 2023, p. 98) é emblemática nesse sentido: “não é querer se aparecer. Não é se aparecer. Tinha que ser justa as coisas. Eu acho que tinha que aparecer mais rua com o nome da minha família, dos meus tio, avô, porque foram tudo daqui. Nasceram, se criaram e morreram, tudo com bastante idade, tudo daqui.”

Considerações finais

Ao se estabelecer na região em fins do século XIX a população cabocla desenvolveu um modelo de vida ligado ao meio, cujo processo de colonização, que se iniciou na região na década de 1910 deu início a uma série de mudanças que desestruturaram as relações socioespaciais da população cabocla. À medida que a fronteira agrícola avançava, mais os caboclos de Faxinal do Tigre experimentavam situações de rupturas do seu tradicional modo de vida, a partir de conflitos envolvendo a posse da terra e a incompatibilidade da “roça cabocla” com o projeto colonizador. Essas rupturas ainda hoje podem ser percebidas na memória e nas falas dos velhos caboclos ou de seus descendentes. Colonizador e colonizado estabeleceram uma relação de exclusão e negociações interétnicas por atitudes nem sempre percebidas, seja em relação às práticas socioespaciais, as finalidades das atividades econômicas ou as modificações das paisagens do povoado, que demonstram o (des)encontro dos grupos sociais.

Diante de uma nova lógica imposta, o caboclo se viu afastado de suas práticas socioespaciais costumeiras, tendo que se adaptar ou renegociar seus hábitos e costumes. O costume da “roça cabocla” sucumbiu com a colonização e a imposição da propriedade privada, impedindo a reprodução dessas práticas ou expulsando os agora “intrusos” de suas terras. Quem permaneceu, nesse processo, tornou-se assalariado nas serrarias, exercendo um papel subalterno nessa nova lógica. O agregado, desenraizado do seu lugar de posse, do seu

modo tradicional de lidar com a terra, sujeitou-se a trabalhar para o colono na lógica mercantilista de produção.

Atualmente essa invisibilização permanece nos discursos oficiais, em toponímias e obras de autores locais sobre o município, mesmo sendo essa população um dos principais grupos responsáveis pelo desenvolvimento local a partir de sua inserção em atividades como o setor madeireiro e agrícola.

Referências

A Voz de Chapecó, Chapecó, ano II, n. 54, 21 de julho de 1940.

ABREU, M. A. Construindo uma Geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 4, n. 1, p. 13–25, 2000. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2000.123400>

ALMEIDA, A. W. B. de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. In: **Revista de Estudos Urbanos e Regionais**. v. 6, n. 1, p. 9-32, maio 2004.

ARRUDA, R. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In: **Ambiente & Sociedade**, ano II, n. 5, p. 79–94, 1999. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X1999000200007>

BAUERMAN, A. K.; BRANDT, M. Imagens de uma paisagem em transformação: a exploração madeireira em Pinhalzinho-SC entre as décadas de 1940 a 1970. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 73, p. 280–295, set./dez. 2019. <http://doi.org/10.5007/1982-5153.2019v34n73p280>

BRANDT, M.; CAMPOS, N. J. de. Costumes e usos da terra pela população cabocla do Planalto de Santa Catarina. **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 193 a 208, jun 2014. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/895>>. Acesso em 16 de outubro de 2023.

BRANDT, M.; NODARI, E. S. Comunidades tradicionais da Floresta de Araucária de Santa Catarina: territorialidade e memória. **História Unisinos**. São Leopoldo, v. 15, n. 1, p. 80–90, 2011. <http://dx.doi.org/10.4013/htu.2011.151.09>

BRANDT, M. “Frey”burgo: acumulação de capital no setor madeireiro e continuidade política no município de Fraiburgo na década de 1960. 142f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Centro de Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

_____. Criação de porcos “à solta” na Floresta Ombrófila Mista de Santa Catarina: paisagem e uso comum da terra. **História (São Paulo)**, v. 34, p. 303–322, 2015. <https://doi.org/10.1590/1980-436920150001000051>.

BREVES, W. de S. O Chapecó que eu conheci. In: **Revista do IHGSC**. Florianópolis, 3ª fase, n. 6, p. 7–73, 1985.

BRIGHENTI, C. A. Processos de colonização e povos indígenas no Oeste catarinense. In: VALENTINI, D. J.; MURARO, V. F. (Orgs.) **Colonização, conflitos e convivências nas fronteiras do Brasil, da Argentina e do Paraguai**. Chapecó: Ed. da UFFS; Porto Alegre: Letra e Vida, 2015.

CORÁ, N. M. S.; OLIVEIRA, Z. M. S. **Porto Chalana**: desafios e conquistas, a saga de uma comunidade no interior do Município de Guatambu SC. Chapecó: Novo Século, 2010.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (2004). Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.) **Paisagem, Tempo e Cultura**. 2. Ed. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

FURLAN, S. A. Florestas culturais: manejo sociocultural, territorialidades e sustentabilidade. **Agrária**, n. 3, p. 3–15, 2006. <https://doi.org/10.11606/issn.1808-1150.v0i3p3-15>

GREGORY, V. **Eurobrasileiros e o espaço colonial**: migrações no Oeste do Paraná (1940–1970). Cascavel, Unioeste, 2002.

LE GOFF, J. **História e memória**. 7 ed. Campinas: Unicamp, 2013.

LINO, J. T. O povoamento indígena do sul do Brasil: as contribuições da arqueologia e da história. In: RADIN, J. C.; VALENTINI, D. J.; ZARTH, P. A. (orgs.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: UFFS, 2015.

MACHADO, P. P. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Unicamp, 2004.

MAPA do Estado de Santa Catarina, 1930. Acervo digital da Biblioteca Nacional. http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart485878/cart485878.jpg. Acessado em 21 de julho de 2022.

MARTINS, J. de S. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**; v. 8, p. 1, p. 25–70, maio de 1996. <https://doi.org/10.1590/ts.v8i1.86141>

MORAES, A. C. R. **Geografia histórica do Brasil**: capitalismo, território e periferia. São Paulo: Annablume, 2011.

NASCIMENTO, E. *et al.* **Atlas Socioespacial do Oeste de Santa Catarina**. Curitiba: Editora CRV, 2021.

NODARI, E. S. **Etnicidades renegociadas**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.

_____. Um olhar sobre o oeste de Santa Catarina sob o viés da história ambiental. **Revista História: Debates e Tendências**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 136-150, 2013. DOI: 10.5335/hdtv.9n.1.3212.

ONGHERO, A. L. Patrimônio Escola Comunidade: Caxambu do Sul. **Cadernos do CEOM**, v. 22, n. 31, p. 459–472, 2010.

PELUSO JÚNIOR, V. A. **Aspectos geográficos de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1991.

PERTILE, G. **A mobilidade espacial em Guatambu na memória de seus moradores**. 1994. Monografia (Pós-Graduação em História) – Unoesc, Chapecó, 1994.

PHILO, C. História, geografia e o “mistério ainda maior” da geografia histórica. In: GREGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH, G. (Orgs.). **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

POLI, J. Caboclo: pioneirismo e marginalização. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 19, n. 23, p. 149–188, 2006.

QUEIROZ, M. V. **Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado (1912–1916)**. São Paulo: Ática, 1981.

RADIN, J. C. **Representações da colonização**. Chapecó: Argos, 2009.

_____. Um olhar sobre a colonização da fronteira sul. In: RADIN, J. C.; VALENTINI, D. J.; ZARTH, P. A. (Orgs.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: UFFS, 2015.

RENK, A. **A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense**. 2 ed. Chapecó: Argos, 2006.

_____; CONFORTIN, P. F. R. Territorialidade e minorias sociais na construção da história local. In: CARBONERA, M.; et al. (Orgs.). **Chapecó 100 anos: histórias plurais**. Chapecó: Argos, 2017.

SANTA CATARINA (Estado). Registro do imóvel Fazenda Fachinal dos Tigres, município de Chapecó, lavrado em 18 de janeiro de 1918, tendo como concessionários Izaac Pan e Rodolpho Fin. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

SERPA, M. (org.). **Fragmentos de memórias das famílias pioneiras de Guatambu**. 1. ed. Chapecó: Aliança, 2022.

SILVA, A. R.; MOREIRA, E. D.; CORÁ, L. M. **A presença cabocla na ocupação e colonização do município de Guatambu no período de 1910 a 1950**. 1998. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Unoesc, Chapecó, 1998.

SILVA, C. M; BRANDT, M.; MORETTO, S. P. Transformando a paisagem: uma história ambiental de Chapecó. In: CARBONERA, M. et al. (Orgs.). **Chapecó 100 anos: histórias plurais**. Chapecó: Argos, 2017.

SULSBACH, A. R. **Os tempos antigos nos Faxinais do Tigre**: paisagens e rupturas (décadas de 1920 a 1960). 2023, 112 p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2023.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço, autonomia e poder. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.), **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. 1995.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

THOMPSON, P. **A voz do passado**: história oral. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

WERLANG, A. A. **Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense**: atuação da Companhia Territorial Sul Brasil. Chapecó: Argos, 2006.

ZAMBIASI, J. L. **Lembranças de velhos**. Chapecó: Grifos, 1997.